

Manaus (AM), 8 de Fevereiro de 2021.

À
PRESIDÊNCIA

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Em observância aos requisitos legais expressos no art. 25,*caput*, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, a que alude o Parecer complementar n. 041/2021 da ASJUR (documento n. 10.002/2021), **A U T O R I Z O** a contratação direta da **pessoa jurídica MANAUS AMBIENTAL S. A.**, objetivando a contratação dos serviços de água e manutenção de esgoto ao imóvel que abriga a sede do Tribunal Eleitoral de Manaus/AM.

Dessa forma, dirijo-me a Vossa Excelência para requerer, com fundamento no *caput* do art. 26 do retrocitado diploma legal, a **R A T I F I C A Ç Ã O** do referido ato, ressaltando a necessidade de publicação no D.O.U, e, sendo a despesa relevante para os critérios da LDO, indispensável se torna a declaração do ordenador da despesa respectiva, na forma do art. 16, II, da LRF.

Respeitosamente,

RUY MELO DE OLIVEIRA
DIRETOR